

Líderes testam desunião do governo

MARY Z Aidane e
GILSON LUIZ EUZÉBIO

BRASÍLIA — Os líderes do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), e do PSDB, Euclides Scalco (PR), aliados aos partidos de esquerda, estão apostando na desagregação da bancada de apoio ao governo e pretendem testá-la nas votações de projetos de caráter social, já na próxima semana. Para esse embate, o PMDB tem de cooptar pelo menos 18 dos 32 votos de parlamentares do próprio PMDB, que estão comprometidos com o governo. Ibsen tem a seu favor a insatisfação de alguns peemedebistas não contemplados com nomeações pelo presidente Fernando Collor em seus Estados, e ainda o apelo eleitoral de projetos como o de política salarial e o Código de Defesa do Consumidor, incluídos na pauta de urgência de votação pelos líderes. O presidente não tem maioria no colégio de líderes da Câmara, que decide a pauta de urgência. Em plenário, o próprio líder do governo, Renan Calheiros (PRN-AL), sempre reconheceu que Collor tem uma "maioria modular", que se altera de acordo com a matéria que está em votação. A rigor, além da totalidade dos votos do PFL, PRN, PDC, PDS, PTB e PL, o governo precisa de votos peemedebistas para construir sua maio-

ria. Prova disso é que, nas votações simbólicas em que só os líderes votam, a situação do governo é desconfortável. Na terça-feira, quando o Congresso estudava a aceitação, para análise e votação, da Medida Provisória 185, que permite a suspensão dos dissídios coletivos, o governo contabilizou uma derrota por 271 votos contra 202. A medida só não foi derrubada graças à obstrução, promovida pelo líder do PRN, Arnaldo Faria de Sá (SP), que evitou o quórum na conferência nominal dos votos.

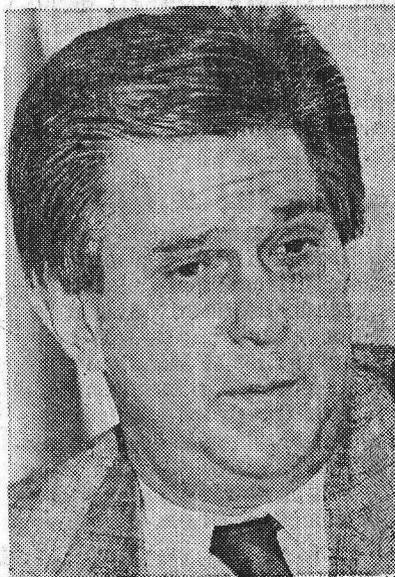
Nas contas de Ibsen e Scalco, o PMDB, PSDB, PDT, PT, PSB, PCB e PC do B juntos somam 230 votos. Se o líder do PMDB conseguir atrair mais parlamentares de seu partido, alcançará a maioria absoluta de 248 votos e, a partir daí, poderá ditar o andamento de todos os projetos e medidas provisórias na Câmara. Scalco reconhece que é mais fácil atingir a meta com projetos de caráter social. "Não vamos entrar na briga institucional", garante. De fato, o próprio Ibsen deixou em segundo plano a inclusão

na pauta de votação do projeto do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que regulamenta a edição de medidas provisórias. "O projeto é importante, mas não tem apelo social", confessa o líder do PMDB, certo de que só conseguirá arregimentar os peemedebistas aliados a Collor se a pauta tiver peso eleitoral.

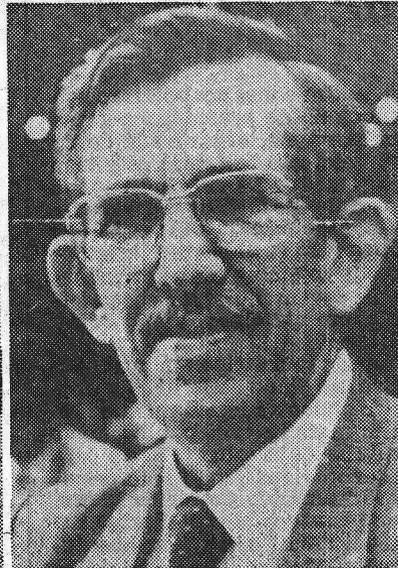
REEDIÇÃO

O presidente reeditou ontem a Medida Provisória 182, que proíbe a concessão de liminares pela Justiça contra o plano econômico do governo. O prazo de vigência da medida terminou à meia-noite de ontem, decorridos os 30 dias previstos para apreciação do Legislativo sem que o Congresso a votasse. Segundo o chefe de gabinete do Ministério da Justiça, Inocêncio Martires Coelho, a nova medida tem apenas uma diferença de redação da anterior: substitui o termo "vedado" ao Poder Judiciário a concessão de liminares por "suspensa", uma forma encontrada de "demonstrar respeito ao Judiciário", conforme explicou Martires Coelho.

De acordo com a medida provisória, o Judiciário não poderá conceder liminares contra o plano pelo período de 30 meses, contados a partir da edição do pacote econômico em março.



AF



André Dusek/AE-23/6/89

Ibsen e Scalco: articulação para desagregar bancada do governo